



CIRCULARIDADES E VOZES: A RELIGIOSIDADE NA EDUCAÇÃO FEMININA EM MEADOS DO SÉCULO XX

*CIRCULARITIES AND VOICES: RELIGIOSITY IN
FEMALE EDUCATION
IN THE MID 20TH CENTURY*

Luanna Vaz Amaro¹
PROLING-UFPB

Resumo: Este trabalho pretende refletir sobre alguns aspectos do trânsito do religioso como formador da memória feminina, e como as circularidades das receitas são refletidas nas circularidades das letras que deixam de ser escritas à mão e emigram para o impresso. Fundamenta-se ainda na discussão sobre conceitos, critérios e aplicabilidade das receitas, visando a propor alguns parâmetros metodológicos que lidam com a questão da história social da comunidade de falantes/escritoras, das relações intertextuais entre o gênero textual de receitas manuscritas e nos suportes impressos de jornais, revistas recortadas e coladas nos suportes de cadernos e álbuns de *economia doméstica*² de mulheres residentes na

Abstract: This work intends to reflect on the religious influence over women's lives and their memories, and how the revenues' circularities are reflected in the words which stop being written by hand and become printed. It's still based on the discussion about concepts, standards, and applicability of the revenues, looking forward to propound some methodological parameters which deals with the social history of speakers and writers, and the intertextual relations between the handwritten textual gender and backing the printed newspaper, cropped and glued magazines including notebooks and albums which keeps the notes of domestic economy³

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística – PROLING – Universidade Federal da Paraíba. E-mail: luannava@hotmail.com

² O *corpus* deste trabalho (imagens, receitas, impressos) foi retirado do projeto "Manuscritos Culinários: percurso da memória urbana através dos cadernos de receitas", coordenado pela Prof.^a Dr.^a Beliza Áurea de Arruda Mello (DLCV/PROLING/UFPB), nos anos de 2007/2008/2009, no qual fui pesquisadora de Iniciação Científica do PIBIC/CNPq.

Paraíba, no século XX. Ao analisar as receitas culinárias, manuscritas ou impressas, como uma “escritura” por ser a fixação de um texto oral, segundo Zumthor (1993; 1997; 2000; 2005), as tradições discursivas das receitas, a relação de um texto com outro, produzidos em épocas diferentes, segundo Kabatek (2006) e por possuir uma história a ser contada a partir do que se comia segundo os estudos de Gilberto Freyre (1969; 2005), Câmara Cascudo (2004; 2006) e (Montanari: 2008), sobre vida privada (Perrot: 1991; 2007), tradição e costume (Hobsbawn: 1997), cultura (Bhabha: 2007), memória (Bosi: 1979; 2003) e gêneros textuais (Marcuschi: 2000; 2004; 2008 e Possenti, 2002; 2009). Toda essa base teórica apontará que as escolhas das receitas culinárias de cada autora dos manuscritos estão condicionadas à sociedade e a cultura a que determinado grupo pertencem, portanto, a comida transcende o caráter fisiológico e aponta um caráter social, histórico, linguístico e cultural.

Palavras-chave: Manuscritos
Culinários; Religião; Mulher.

of living women in the state of Paraíba in XX century. Analyzing the cookery recipes, both printed and handwritten, as “scriptures” owing to the fact that these are a fixation of an oral text, it is said by Zumthor (1993; 1997; 2000; 2005), the discursive traditions of the revenues, the relation between a text to another, produced in different epochs, as said Kabatek (2006) and for own a history to be told from what was used to eat, following the studies of Gilberto Freyre (1969; 2005), Câmara Cascudo (2004; 2006) and (Montanari: 2008), vida privada (private life) (Perrot: 1991; 2007), tradition and costume (tradição e costume) (Hobsbawn: 1997), cultura (culture) (Bhabha: 2007), memória (memory) (Bosi: 1979; 2003) e gêneros textuais (textual gender) (Marcuschi: 2000; 2004; 2008 e Possenti, 2002; 2009). All these theoretical works will appoint that the cookery recipes of each manuscript’s writers are concerned with society and the culture that each group belongs, therefore, the food transcends the physiological character and points a social, historical, linguistic and cultural character.

Keywords: Culinary Manuscripts.
Religion. Women.

Introdução

Entre 1940 a 1960, fazia parte do quadro curricular dos colégios no Brasil uma disciplina intitulada *Economia doméstica*. Cotejando-se os manuscritos dos colégios públicos e privados constata-se que os álbuns das alunas dos colégios religiosos de diversas ordens de João Pessoa reproduzem a ideologia das freiras por focar o trânsito de

³ The *corpus* of this work (photos, recipes, printed) was taken from the project “Culinary Manuscripts: memory routes through the recipes notebooks” coordinated by teacher Dr. Beliza Áurea de Arruda Mello (DLCV/PROLING/UFPB) in the years 2007/2008/2009, which I was researcher of Scientific Initiation of PIBIC/CNPq.

Deus em diversos momentos do cotidiano das mulheres: desde as orações preliminares da manhã até os momentos da intimidade do casal. Tais situações diferem-se da abordagem da mesma disciplina nos colégios públicos. Este trabalho destina-se a abordar o trânsito religioso na educação feminina, nos colégios da Paraíba, especificamente nas cidades de Areia, Campina Grande e João Pessoa, em meados do século XX, através da disciplina Economia Doméstica que fazia parte do quadro curricular dos colégios do Brasil. Esta análise é feita a partir de manuscritos, os cadernos, chamados também de Álbuns de *Economia Doméstica*⁴. Esses manuscritos contêm os registros das aulas e, por conseguinte, observa-se a repetição quase de forma xerográfica do conteúdo, pontuando a fórmula da transmissão da disciplina, principalmente, no colégio Santa Rita, da ordem franciscana de procedência alemã da cidade de Areia, brejo paraibano. Observa-se através desta repetição a retórica da repetição, método freqüente na metodologia de algumas disciplinas ministradas em colégios de ordem religiosa.

As tradições culinárias contidas nos Manuscritos Culinários entre receitas manuscritas e impressas são observadas e compreendidas pela linguagem e significados enraizados, vestígios oriundos de acontecimentos marcantes reafirmando uma identidade e são mantidas porque estão a todo o momento sendo reelaboradas, em um processo dinâmico, com o tempo, o espaço e a própria identidade, fazendo assim a comunicação do presente com o passado através da memória.

A construção de uma identidade cultural pode ser percebida inclusive através da comida. Para tanto, busca-se o sincretismo evidenciado pela tradição discursiva das receitas culinárias que emergem através das tradições culinárias, produto do contato entre as diversas culturas formadoras da sociedade paraibana. Através dos manuscritos culinários as “escrituras femininas” em forma de relatos orais e manuscritas que se emergem como estatutos da oralidade, e, legítima e imprime a fugacidade do texto oral, afirmando o triunfo da voz e da letra como

⁴ As citações e trechos retirados dos manuscritos mantiveram o registro ortográfico da época.

memória. Através da comida identificam-se os hábitos e costumes de cada família e da sociedade em geral.

A importância das receitas se faz presente, como fontes de memórias, quer sejam elas memória de uma sociedade tradicional, quer sejam de uma modernidade pontuada pelos impressos de receitas jornais ou recortes diversos, fixados nos cadernos de mulheres que começam a sair de seu mundo para ganhar o mundo, sem nunca esquecer que seu papel de maior valor é o da mulher que cuida da casa e que mostra as transformações que a modernidade vem acrescentar nessa tradição o surgimento dos aparatos modernos.

Revela-se a partir dos registros de lugares-comuns retóricos, dos motivos imaginários, do *ethos*, das tendências lexicais e da busca da autoria, a autenticidade da imagem das identidades individuais embora aponte o arquétipo das movências de cada família, de cada grupo. Analisando o simbolismo dos manuscritos, enquanto escrituras, que permitem uma visão etnolinguística, como jogo simbólico da linguagem cuja combinação forma o vínculo social e legitima uma força persuasiva de testemunho.

Assim, se pretende revelar como as Tradições Discursivas são reproduzidas nos Manuscritos Culinários numa perspectiva histórico-diacrônica através de receitas impressas publicadas em colunas de jornais, revistas femininas, propagandas, em embalagens de comestíveis, apostilas de cursos culinários coletadas em cadernos de receitas de donas de casa da cidade de João Pessoa, na segunda metade do século XX, evidenciando as mudanças, os mecanismos inconscientes da manifestação identitária e social desse determinado grupo, através de práticas culturais que se repetem dos impressos para os manuscritos e dos manuscritos para os impressos.

É fundamental esta observação para se entender a função de persuasão implícita na disciplina não possibilitando o diálogo com o alunado. Nada estranho ao se observar à metodologia usada nos colégios, sobretudo, religiosos mesmo

depois das leis de Diretrizes e Bases.⁵ Isto clarifica a diferença dos propósitos genéricos da educação em escolas públicas e particulares nos idos dos anos 60. Havia uma pressão da opinião pública e do próprio Estado em preservar o direito do poder público em operar transformações profundas no projeto educacional do Estado:

A partir daí a liberdade do ensino atinge o auge com os educadores de um lado, proclamando firmemente a necessidade de o Estado assumir sua função educadora e garantir a sobrevivência da escola pública e com os educadores católicos, de outro lado, agora coadjuvados pelos donos de estabelecimentos particulares, afirmando 'o direito da família' e opondo-se ao pretenso monopólio do Estado. (ROMANELLI, 2006, p. 176)

O que se discute é a diferença de conteúdo da mesma disciplina em colégios particulares e colégios públicos. Enquanto os colégios públicos - colégio estadual da Prata em Campina Grande e o Lyceu em João Pessoa – eram inspirados no Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases que outorgava:

A educação nacional, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais da solidariedade humana como compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõe a comunidade; desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação comum; preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como, a quaisquer preconceitos de classe e raça. (Lei nº 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada pelo Presidente João Goulart, em 1961)

Percebe-se a partir da estrutura da lei o compromisso da escola pública em respeitar o "direito a família", mas, sobretudo um tratamento igual sobre "convicção filosófica, política e religiosa". Dessa forma, entram em jogo, os aspectos ideológicos diferenciais das estruturas dos colégios públicos e

⁵ Trata-se de discutir o destino da própria escola pública. Esta lei, nº 4024 foi sancionada em 20 de dezembro de 1961.

particulares. Enquanto os públicos davam prioridades à educação comum em torno da laicidade do ensino, os colégios particulares/religiosos estavam atrelados a ingerência da Igreja na formação dos conteúdos com intuito de neutralizar a laicidade das escolas públicas. Desta forma, a análise dos álbuns-cadernos é bastante eloqüente na revelação dos propósitos religiosos e, conseqüentemente, ideológicos. Nestes cadernos, há uma distinção retórica substancial, embora a formalidade esteja mais próxima da sistematização de conteúdos da disciplina *Economia Doméstica*. Os Álbuns/Cadernos de *Economia Doméstica* são divididos em duas partes. A primeira contém os conselhos domésticos e normas de etiqueta social e a segunda parte comporta receitas culinárias.

Seja qual for a receita abordada, a questão do contato linguístico é transparente como um fator relevante e permite afirmar a circularidade das vozes dos falantes culturalmente bem delineadas. A capital da Paraíba, João Pessoa, do século XX, embora não fosse uma cidade cosmopolita, começa a ter contatos mais intrínsecos com outras culturas e etnias diferentes das tradicionais, como a indígena, portuguesa e negra, em virtude da entrada de imigrantes “pós-guerra”, tais como: italianos, alguns judeus, suecos e alemães, estes últimos em função do trabalho tecnológico na fábrica de tecelagem fundada, em 1918, em Rio Tinto, cidade da Zona da Mata Paraibana, microrregião do Litoral Norte da Paraíba. Ressalta-se que neste empreendimento trabalhavam técnicos ingleses, suíços, austríacos e alemães. No início do século XX, um número razoavelmente grande - oitenta famílias alemãs - fixaram-se no Estado, principalmente em João Pessoa e Rio Tinto, para o trabalho na *Companhia de Tecelagem de Rio Tinto*, de propriedade dos Lundgren, de origem sueca.

Para entender esse entrecruzamento das vozes, é preciso levar em consideração a teoria da circularidade e da movência das vozes de Zumthor (1993, 1997, 2001) e pesquisar que contribuições esses grupos linguísticos podem ter trazido para a comunidade pessoense, que tradições culturais e textuais podem estar agregadas nos cadernos de receitas ora pelo manuscrito, ora pela recolha feita pelas escritoras dos cadernos, das suas leituras de revistas e jornais

apreendidos em colagens nos suportes dos cadernos de receitas. Por motivos éticos e para preservar a identidade das autoras, seus nomes não serão revelados neste trabalho, sendo assim, atribuiu-se uma identificação de "Manuscrito Culinário da autora A", "Manuscrito Culinário da autora B", "Manuscrito Culinário da autora C" e assim por diante. Os dois Álbuns de *Economia Doméstica* serão identificados como "Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A" e "Álbum de *Economia Doméstica* da Autora B".

1. Da disciplina *economia doméstica*

Assim também as mulheres de mais idade mostrem no seu exterior uma compostura santa, não sejam maldizentes nem intemperantes, mas mestras de bons conselhos. Que saibam ensinar as jovens a amarem seus maridos, a quererem bem seus filhos, a serem prudentes, castas, cuidadosas da casa, bondosas, submissas a seus maridos, para que a palavra de Deus não seja desacreditada. (BÍBLIA N.T. Tito II, 3-5)

Como papel importante e fundamental de educar as mulheres para serem boas esposas, respeitarem e honrarem seus maridos, cuidarem de sua casa e de seus filhos, havia uma disciplina intitulada *Economia Doméstica* nas escolas brasileiras, que estuda a aquisição, a utilização e a conservação dos bens" e "é indispensável as donas de casa. Sem ela a mulher não poderá cumprir os deveres de mãe de família e causará grandes danos a si própria, aos seus e a sociedade. (GOMES, Alcione Loureiro, 1950, p. 1) Percebe-se nos prólogos dos manuscritos, definições da disciplina *Economia Doméstica* como a "arte de empregar para utilidade e o bem-estar da família os recursos que a Providência coloca em nossas mãos" (GOMES, Alcione Loureiro, 1955, p.1) e sua função na formação feminina direcionando para o matrimônio e sua atuação na família:

Um livro de educação, é sempre difícil a escrita, porque é uma matéria tão profunda, ampla e delicada que só pode ser sentida e palpitada. Mas uma senhora tôda ideal nas ações dela, despertou em nós o desejo de pesquisa nas fontes desta matéria. Ela sentia angústia ao ver tantas esposas infelizes por falta absoluta de

Educação Doméstica, tanta ignorância religiosa, tanta desordem pelo mundo que poderia ser corrigida se houvesse mães que educassem e professoras que completassem o trabalho das mães. Vamos então em busca de mais pormenores e informações. (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A, 1968, p. 2.)

Dos manuscritos analisados, o mais antigo está datado dos anos 50 e pertence uma aluna do Colégio da Prata, da rede estadual de ensino da cidade de Campina Grande. O segundo e o terceiro caderno pertencem a alunas do colégio Santa Rita: colégio de freiras da Província Franciscana Maria Medianeira das Graças, na cidade de Areia, nos anos 60. Durante este período, o Brasil vivia um momento de lutas ideológicas em torno da educação, em que o Estado buscava assumir o papel da educação brasileira, que antes era exercida sobretudo pela Igreja. Instituiu-se, de acordo com a Constituição de 1937, que o ensino religioso poderia ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias, porém, não poderia constituir como um objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem os alunos eram obrigados a freqüentar essas aulas. Essa questão do ensino religioso era vista, pelo Estado, como de ordem secundária nessa evolução do sistema educacional brasileiro. A grande intenção do Estado nessa "reforma" do sistema educacional era somente a concretização do direito de todos a educação, tendo em vista que esta era privilégio apenas das elites que pagavam pela educação monopolizada pela Igreja:

Outra era, porém, a situação que começava a configurar-se na ordem social burguesa. As classes médias em ascensão reivindicavam o ensino médio, e as camadas populares, o ensino primário. Daí porque o movimento renovador compreendeu que havia chegado à hora de o Estado assumir o controle da educação e que, portanto, esta deveria ser gratuita e obrigatória, dadas as necessidades da nova ordem econômica em implantação. Mas a ala católica entendeu que a campanha em favor da escola pública, universal e gratuita redundaria no monopólio estatal da Educação. Não entendendo a ela que nem o Estado tinha condições materiais de implantar o monopólio, nem tinha a intenção de fazê-lo. (ROMANELLI, 2006, p.143)

O ensino primário no Brasil era administrado por seus estados e assim

cabia-os administrarem, legislarem e inovarem a respeito desse ensino primário, pois, até então, somente as ordens religiosas haviam se preocupado com esse nível de ensino; devido a esse poder específico de cada estado em relação à educação do primário, havia muitas diferenças e disparidades em matéria de educação, então conforme a essa não padronização educacional o governo central traçou algumas diretrizes para o ensino primário para todo o país. Esse decreto-lei foi chamado de Lei Orgânica do Ensino Primário:

Os artigos 2 e 9 deram estrutura ao ensino primário, a partir de então. Ficou subdividido em duas categorias”:

a) o ensino primário fundamental (...)
b) o ensino primário supletivo, de 2 anos, destinado à educação de adolescentes e adultos que não receberam esse nível de educação na idade adequada. O currículo para os cursos ficou assim estruturado:

1. Curso Primário elementar: (...)
2. Curso primário complementar: (...)
3. Curso primário supletivo:
I – Leitura e linguagem oral e escrita; (...)

VII – Economia Doméstica e Puericultura, só para os alunos do sexo feminino. (DECRETO-LEI Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal)

As classes dessa nova organização do ensino primário supletivo passaram a funcionar em 1947 e contribuiu favoravelmente para a diminuição da taxa de analfabetismo no Brasil. Contudo apesar do Estado de alguma forma intervir sobre o ensino religioso das escolas, verifica-se a persistência do trânsito religioso nos manuscritos de *Economia Doméstica*. Dos textos culinários emergem um discurso crítico restituindo a palavra à fascinação temporal, ou seja, a palavra no texto culinário acumula um saber imenso extraído do gênero cultural, local e tempo de quem a produz.

Assim, têm-se as tradições culinárias que demonstram as adaptações, modificações, observando o significado de sua presença e analisando a influência dos contatos culturais entre um caderno e outro, ou entre a receita manuscrita e impressa que se reflete na alimentação, na cultura e no cotidiano das famílias da Paraíba no século XX. Apreende-se neste trabalho o vínculo das autoras dos

cadernos com suas tradições culinárias; se elas trazem à tona a reafirmação ou renovação de uma identidade local ou, em alguns casos, nacional, vestígio do passado, através da memória que a comida pode despertar, traduzindo-se em uma memória coletiva - ou apenas despertam uma "memória afetiva". Para tanto, analisa-se as receitas manuscritas e impressas através de inventários das mesmas como, também, por meio da metodologia da história oral⁶.

2. Do trânsito religioso na disciplina

A mulher é a rainha do lar, precisa portanto saber dirigir sabiamente o seu pequenino reino. O seu papel no lar é sagrado, pois terá que preparar os futuros pais e as futuras mães de família. Cumpri a mulher preparar a criança para a proeza ou a fortuna, animá-la na virtude, lançar-lhe no coração os fundamentos sólidos da religião, como norma de conduta em todos os atos humanos e em todas as circunstâncias da vida. (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora B, 1955, p. 3)

A formação da mulher para o casamento, para os cuidados do lar e da família é a base constitutiva desta disciplina, permeada pela religião e pela presença de Deus, "pois o último pensamento e o princípio de cada dia deve ser dirigido ao nosso criador, que deixa nascer o sol, sobre os justos e pecadores" (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora B, 1955,). Nos manuscritos são descritas diversas categorias como o casamento, a família, a residência, os esposos, a economia da família, os aposentos, a sala de trabalho, a sala de jantar, a cozinha, o jardim, a lavanderia, o banheiro, a sala de estar, o quarto da empregada, puericultura – o enxoval, a alimentação, o banho, o quarto da criança, o batismo e o desenvolvimento das crianças até 18 anos -, a oração da noite, o desenvolvimento e a educação, a mulher e a vida social, a higiene da mulher e a

⁶ Para os estudos dos manuscritos culinários, a história oral baseia-se na perspectiva de Ong (1998), onde situa nas décadas de 1960 e 1970 um movimento acadêmico de análise das relações entre culturas orais e escritas. Nesse campo de análise pode-se considerar a emergência dos estudos da oralidade e escrita com preocupações semelhantes em um mesmo período histórico como um movimento de redescoberta da oralidade, decorrente do estabelecimento, por Saussure, do primado oral da linguagem.

arte culinária em que se verifica a recorrente presença do universo religioso. Observa-se a presença do religioso desde a capa, como pode ser observado no Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A, de 1968:

Figura 01 – Álbum de *economia doméstica* da Autora A



Fonte: Projeto de pesquisa: Manuscritos Culinários: Percurso da Memória Urbana através dos Cadernos de Receitas (PIBIC 2007-2009)

Percebe-se na figura 01 diversos aspectos cristãos sacralizados. O quarto de uma criança é composto por vários signos religiosos tais como a cruz de Jesus Cristo, um quadro com uma pintura sacra na parede. Há ainda o detalhe de uma igreja em uma manhã ensolarada, conotando a presença das dádivas do Criador por meio da natureza. Há também uma bíblia sobre a poltrona e a presença de um anjo junto ao berço da criança, claramente assumindo um papel de ente feminino cuidador. E nas páginas subsequentes, encontram-se outras imagens de caráter

religioso como na imagem abaixo em que uma freira contempla piedosamente a cruz de Jesus Cristo sob os olhos atentos de um anjo que tem em suas mãos uma coroa de espinhos e a presença da luz divina que desce dos altos iluminando a piedosa contempladora.

Figura 02 – Álbum de *economia doméstica* da Autora A



Fonte: Projeto de pesquisa: Manuscritos Culinários: Percurso da Memória Urbana através dos Cadernos de Receitas (PIBIC 2007-2009)

A presença da Bíblia nas figuras 01 e 02 representa o livro guia da religião cristã a qual a humanidade deve servir como orientação desde o nascimento, como aponta a figura 01. E deve ser seguida tanto pelas pessoas comuns como pelas que dedicam sua vida a Deus, por ser um livro duplamente santo: de origem divina e por conter a aliança entre Deus e os homens. Esse duplo caráter dá origem a sua autoridade perante os homens.

A supremacia do casamento corrobora este ideal religioso nos álbuns de *economia doméstica*. No Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A, 1968, a descrição do que é o casamento surge nas primeiras páginas e evocam a presença do divino “Deus mesmo une e abençoa os esposos, que nas mãos d’ele depositam

o seu futuro e as suas esperanças”, “O matrimônio é a imagem da união de Jesus Cristo com a Igreja, e por êste motivo indissolúvel”. Álbum de *Economia Doméstica* da Autora B diz: “O cristianismo veio elevar o contrato natural do casamento a uma ordem mais alta”. “Quão diversa, entretanto a vida de um casal que, após acurado, estudos das próprias possibilidades, sem maiores ilusões mas confiando na Providência Divina, assume consciente as responsabilidades do estado conjugal e marcha para frente sem caprichos sem vaidades e sem temor!”, como também no Álbum de *Economia Doméstica* da Autora C diz que ressalta a soberania do casamento religioso: “o único casamento é o religioso. Diz-se também casamento civil, mas não é casamento”.

Percebe-se a partir destes fragmentos dos cadernos a tríade Deus-família-casamento como os fundamentos da vida social feminina. A presença de Deus nestes álbuns é justificada pelo matrimônio - símbolo da união da imagem de Jesus Cristo com a igreja - e a família – resultado da união de dois esposos abençoada pela Igreja. Assim, a família pode ser compreendida como uma escola fundada por Deus para a educação do gênero humano.

A natureza humana não consiste apenas em homem e mulher. Mas os dois, ligados intimamente enriquecendo-se, mutuamente é que constituem o mundo. É a vontade de Deus que o espírito prevaleça sobre a carne e que o amor mútuo seja fundada no amor divino. Só assim pode Deus estar entre ambos. Só do amor puro brotam filhos sadios e inocentes que fazem a alegria do lar. Quanto mais puro o amor maior será a benção de Deus. Quantos casamentos ideais contam de filhos grandes e santos e ao contrário quantos casamentos desastrosos e quantos filhos de pecado. A corrupção é o maior inimigo da vida familiar. A castidade em todos os estados da vida asseguram a vida social. Pelos santos sacramentos e pela fé viva é possível uma vida cristã, casta e santa. A Sagrada Escritura fala: Como é bela uma geração casta no esplendor da virtude, imortal é a sua herança.” (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora C, 1966)



Fonte: Projeto de pesquisa: Manuscritos Culinários: Percurso da Memória Urbana através dos Cadernos de Receitas (PIBIC 2007-2009)

Uma das grandes razões para o casamento em diversas sociedades diz respeito à produção de herdeiros. A procriação assume um papel de suma importância política, social e principalmente religiosa. Ideologia esta fortemente marcada nos cadernos quanto à excessiva preocupação dos pais em relação aos futuros filhos do enlace matrimonial. A inclusão da criança na vida religiosa se dá a partir dos 4 aos 7 anos. Diz o texto: “Esta (criança nesta) idade é a mais própria para inculcar sentimentos de civilidade, religiosidade e temor a Deus e respeito aos pais e superiores, educadores e ao próximo.” (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora B, 1966).

A educação religiosa almeja dar direção espiritual à criança, segundo depoimento das autoras dos *álbuns de economia doméstica*, durante as aulas eram sempre narrados, lidos e estudados trechos bíblicos que apontavam o

cuidado, a perpetuação e honra da família, como por exemplo, “Pais, não exaspereis vossos filhos. Pelo contrário, cria-os na educação e doutrina do Senhor” (BÍBLIA. N.T., Efésios, VI,4), para que ela seja capaz de resistir as diversas tentações e seguir o caminho certo na vida, o que muitas vezes era também ditado e solicitado que fossem escritos nos cadernos. Para isto é preciso que desde a tenra infância conheça não apenas regras de comportamento, mas também deva possuir integridade interior a qual lhe mostraria claramente a diferença entre o bem e o mal.

Assim, caberia aos filhos “o dever de ‘Honrar pae e mãe’ que implica em tratarem os pais com respeito, o carinho e a dedicação a que têm direito; a serem pacientes com os progenitores, principalmente quando sejam êstes doentes ou velhos e ajudá-los material e moralmente”. (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora C, 1955, p.36) Na descrição da residência cabe à mulher a escolha da casa e a tarefa de fazer desta um lar feliz, harmonioso e agradável para o conforto físico e espiritual da sua família, além de ressaltar a importância de ler revistas e publicações que abordassem o tema da *economia doméstica*. E como justificativa para a construção desse lar feliz recomenda-se:

O fundamento de um lar felicíssimo é sempre a religião. Ter a moral religiosa é sempre muito freqüente que uma família seja feliz. A paz da consciência e segurança no futuro, boa ordem nas idéias, e nos sentimentos, o senso de equilíbrio, a prática da virtude e a confiança absoluta na providência, tudo concorre para tornar o homem feliz. Daí sempre pois a nobre e grave tarefa de lançarem os alicerces da religião como base da família ensinando-lhes uma religião que cause, que se apresente como um centro de interêsse, alegre, cheia de alegria e de lindas imagens coloridas. Orações curtas e singelas pela manhã e à noite a comemoração das festas religiosas na família é processo psicológico para gravar o sentimento religioso sua alma de criança. Festas de caráter mundano, são de todo condenáveis. A festa da Primeira Comunhão, deve ser festa de alegria singela, sem luxo, sem vaidade e que a recordação fique profundamente marcada na memória da criança, se os pais lutam para o conforto material dos filhos. (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A, 1968, p.5)

Os manuscritos analisados mostram a importância da escolha da residência, da sala de visitas, a sala de jantar (predomina o desejo incessante pela limpeza meticulosa), o quarto – nota-se na descrição deste ambiente uma preocupação excessiva com o arejamento do quarto, limpeza do chão, dos móveis a fim de evitar a proliferação de poeira e de parasitas -, a sala de copa, a biblioteca, a cozinha, o banheiro, o terraço, o jardim:

[...] além da utilidade prática e do aspecto artístico, outras vantagens ainda maiores oferece o trato de um jardim ou quintal, mesmo pequenino; desperta o gosto pelo estudo das ciências naturais; educa a vontade, pela constância que se faz necessária ao futuro; proporciona a saúde, pelo exercício físico que é a jardinagem; e faz que elevemos o pensamento a Deus, pois o contato do homem com a natureza, sem os artifícios da civilização, torna-o mais próximo ao Criador de tanta beleza, beleza que não raro desconhecemos, distraídos no torvelinho da futilidade da vida cotidiana -. (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora C, 1955, p.36)

Moradias existem muitas, porém para ser na verdade um lar, é preciso que na moradia haja conforto, aconchêgo, harmonia e amor. O homem deve ter mais energia e inteligência e a mulher, mais habilidade e mais coração. Pode parecer que a copa de uma árvore ainda seja verde, mas sendo as raízes doentes, já vem o desfolhamento e com o vento forte a árvore cai. Nas famílias sadias ela com o tempo vai ficando fraca e o comunismo aos poucos vai infiltrando-se nos lares e depois está uma nação toda nas mãos daquêles que não crêem na verdadeira religião". "Religião, moral e economia são os três importantes itens básicos de felicidade do lar. (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A, 1968, p. 45)

Percebe-se assim, a religião como base da família, signo motivador da felicidade do lar no cultivo de jardins: "o contato do homem com a natureza, sem os artifícios da civilização, torna-o mais próximo ao Criador de tanta beleza, beleza que não raro desconhecemos, distraídos no torvelinho da futilidade da vida cotidiana". O que está implícito nesta ênfase veemente do amor a Deus é o medo das vivências mundanas, medo do pecado que gera a iniquidade e a negação a Deus. Tem-se, dessa forma, um reflexo do pecado original – situação preexistente a cada pessoa, mas que continua atuando sobre a ideologia desta época. E a

verdadeira reconciliação do ser humano com o Criador sempre apresentará razões transcendentais implícitas ou explicitamente. Esse afastamento de Deus gerado pelo pecado refletiria a abominação das paixões nos cadernos. O amor só é pensado a partir da ideologia de um casamento e de uma constituição familiar.

Entre os Álbuns de *Economia Doméstica* de escolas religiosas existem diversos textos que *coincidem uns com os outros*, como por exemplo a descrição de como deve ser o quarto do casal, seus utensílios, móveis e enxoval, como descrevem os Álbuns de *Economia Doméstica* das Autoras A e B "É conveniente ter uma lâmpada ou vela na mesa de cabeceira e um despertador que acorde pontualmente. Um quadro piedoso não deve faltar pois o último pensamento e o princípio de cada dia deve ser dirigido ao nosso criador, que deixa nascer o sol, sobre os justos e pecadores, *é importante que façam a prece da oração da noite e a mantenham no quarto,*

Senhor, vê-de nossa família aqui reunida. Graças vos damos por este lugar, em que habitamos. Pelo amor que nos une, pela paz, que nos foi concedido neste dia, pela esperança com que aguardamos o dia de amanhã, pela saúde, o trabalho, o alimento e os céus límpidos, que tornam nossas vidas deliciosas; pelos nossos amigos que nos ajudam amistosamente nesta vida. Fazei com que reine a paz em nosso pequeno grupo.

Limpai de todo coração o ressentimento incioso. Dai-nos graça e força para tolerar e preservar. A nós que ofendemos, daí nos graça de acertar e perdoar aos que nos ofendem. A nós que esquecemos, daí-nos a graça de suportar alegremente o esquecimento de outros. Dai-nos coragem, alegria e paz de espírito. Preservai-nos os nossos amigos, abrandai-nos aos nossos inimigos.

Abençoa –nos, se assim puder ser, em todos os nossos inocentes esforços. Se não puder ser daí-nos forças para suportar, o que tenha de vir, tornai-nos valentes no perigo, constantes na adversidade, moderados na vida e em todas as mudanças de fortuna e até as portas da morte, leais e ternos uns para os outros.

Como argila para o oleiro, como o moinho para o vento, como os filhos de seu pai vos rogamos esta ajuda e esta mercê por amor de Cristo."

Eis a vida íntima do casal: Deus estaria acima de todas as coisas do primeiro ao último pensamento do dia como pode ser observada na descrição do dormitório que devem constar apenas os móveis mais necessários – cama, guarda-

roupa, penteadeira e mesa de cabeceira: “É preciso que haja ar puro e deve receber luz direta. Logo pela manhã, deve abrir as janelas para renovar o ar, pois ele está carregado de gás carbônico, que prejudica a circulação do sangue”. (Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A, 1968). Vê-se, portanto, a intimidade do casal reduzida à procriação e não à volúpia, representada nos manuscritos através da obrigação monogâmica do casal, única esposa legítima e a função reprodutora idealizada nos meios de conceber os filhos.

As festas presentes nos álbuns de *economia doméstica* são todas de caráter religioso: batismo, 1ª comunhão, casamento. São festas para Deus e demonstram o trajeto antropológico do que seria a religião para a família. Assim, as relações entre religião e mulher para Michelle Perrot (2007, p. 83) são ambivalentes e paradoxais. As religiões são ao mesmo tempo, forma de poder sobre as mulheres - as religiões monoteístas fizeram da diferença dos sexos e da desigualdade de valor entre eles um de seus fundamentos – assim como o domínio de mulheres que se tornaram ilustres como fundadoras de ordens, missionárias e educadoras sobre as outras mulheres “comuns”. Enfim, o catolicismo apresenta-se nas páginas dos manuscritos de *economia doméstica*, seja de escolas públicas ou privadas, como à imagem da sociedade de seu tempo e às mulheres a piedade, a devoção, a prece e a santidade.

3. Mudanças do cotidiano das “Rainhas do lar”

A história da Educação das mulheres, no Brasil, é bastante singular e inusitada. Seu percurso entrelaça-se ao caminho da própria história da colonização brasileira. Inicia-se na convivência e convergência de senhoras reclusas com meninas órfãs portuguesas, indígenas libertas e ainda, no mesmo período, acrescenta-se a esse entrelaçamento, uma terceira mulher: a negra e sua condição de escrava dos donos do poder vigente. Todas são subservientes, em graus menores ou maiores. Apenas a indígena poderá, quando longe das missões religiosas, manter seu grau de independência.

A sociedade ocidental desenha a bipolaridade do trajeto antropológico do gênero: mulher x homem. Subjetivamente, essas marcas do ser conduzem a leituras com a marca de preconceitos culturais. Observando os manuscritos culinários, para o homem nordestino tais comportamentos, agregam à mulher a fragilidade e ao homem o "patriarcalismo", apreendem-se, a partir deste mapeamento, mundos e *performances* diferenciados. Constatam-se, por exemplo, no século XIX, determinadas leituras denominadas bibliotecas das moças. Leituras estas que projetam as expectativas femininas ao mundo dos sonhos idealizados; a mulher é uma "Pollyanna",⁷ referência a um romance em que a personagem feminina, Pollyanna, que vê o mundo "cor de rosa"; tais observações traduzem o estar no mundo da mulher, "protegida" dentro de casa pelos homens, estruturas recorrentes da sociedade patriarcal, sociedade descrita por Gilberto Freyre (2005, p.36) da seguinte forma: "o papel dos homens e mulheres brancas produzido no sistema patriarcal era baseado em diferenças físicas, no entanto, entre homens e mulheres negros, tais diferenciações não existiam".

Desde o período colonial, a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo, em sua maior parte, submissa a ele.

Poderes absolutos eram destinados ao homem, chefe e senhor da família na sociedade patriarcal brasileira, enquanto às mulheres era destinada a obrigatoriedade da reclusão ao lar, com sua vida doméstica junto da criadagem escrava.

No período colonial as mulheres não podiam frequentar escolas, ficando dessa forma excluídas do âmbito da educação formal, destinada apenas aos homens. Em contrapartida eram treinadas para uma vida reclusa, onde o

⁷*Pollyanna* é um romance de Eleanor H. Porter, publicado em 1913 e considerado um clássico da literatura infanto-juvenil. A filosofia de vida de Pollyanna é centrada no que ela chama "o Jogo do Contente", uma atitude otimista que aprendeu com o pai. Esse jogo consiste em encontrar algo para se estar contente, em qualquer situação por que passemos.

casamento, a administração da casa, a criação dos filhos eram seus maiores deveres.

Entretanto, as exceções existiam, e as mulheres mais humildes não podiam “desfrutar” desse papel social que via, como ideal para a mulher, a vida reclusa em seu lar. Precisavam trabalhar e, desta forma, adentravam ao espaço público, reservado aos homens, pois, o sustento da família em muitos casos era tarefa delas. Afora essas exceções, não podiam sair desacompanhadas e sua passagem pelos espaços públicos só era bem aceita se relacionada às atividades da Igreja, como missas, novenas e procissões, o que para as jovens daquela época era uma forma de lazer.

Toda a vigilância em torno das mulheres era necessária para se resguardar a virgindade, a fidelidade e a honra. Caso fosse solteiras, as mulheres eram vigiadas para que mantivessem essa qualidade, pois de sua castidade e pureza dependia a honra de todos os homens da família. Quando casadas, eram vigiadas, porque delas também dependia a honra dos maridos, tanto no que dizia respeito à fidelidade e a legitimidade da prole, quanto no que se referia à própria masculinidade dos maridos. Assim, cabia à mulher, em parte, a responsabilidade pela manutenção da honra dos homens da família a qual pertencia.

Já em meados do século XIX, durante a era Imperial, as mulheres lutaram para ampliar seus papéis na sociedade. Mas mulheres eram, quase sempre, excluídas do convívio social, porém, nesse período, já era aceito o fato de mulheres transitarem pelas ruas das cidades a fazer compras, passeios ou mesmo a trabalho. Logo, pôde-se ver avanços na luta por direitos no campo do trabalho, da educação e da política, setores antes destinados exclusivamente aos homens. O século XIX trouxe mudanças para as mulheres, tanto na Europa quanto na América. Foi um século no qual, em países mais desenvolvidos, elas buscaram seus direitos e tentaram igualá-los aos dos homens. Na educação, também se verificam algumas alterações. As mulheres da elite tiveram mais acesso à instrução, que era ministrada em suas próprias residências, e, nesse momento aceita como positivo pelos homens. Para Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1999, p.98):

Entendia-se por instrução feminina a dança, o aprendizado de piano, a escrita e a leitura. Os livros destinados a esse público traziam temas que abordavam principalmente o amor, já que, o grande desejo da maioria dessas mulheres era o de se casarem. Na verdade, as mulheres deveriam ser educadas e não instruídas, e, esse fato é notável pelos aprendizados destinados a elas, que não tinham nenhum teor de análise crítica da sociedade ou conteúdos científicos.

As mulheres recebiam uma determinada educação para aquilo que a sociedade esperava delas. Como destacado por Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1999, p. 54), “o sistema escolar brasileiro exprimia o consenso social sobre o papel da mulher. Ensinava-se a ela só o que fosse considerado necessário para viver em sociedade”. Agora, elas precisavam falar bem em público, ter familiaridade com algumas artes como a dança, a música e até mesmo outro idioma, no intuito de serem companhias agradáveis aos seus maridos e às pessoas com quem ele mantinha relações de amizade ou negócios. Isso ocorria principalmente quando frequentavam ambientes públicos elitistas, como bailes e teatros.

Apesar dessas mudanças, as mulheres da elite continuavam limitadas, porque não possuíam nem autonomia, nem igualdade perante os homens, já que; a estrutura social, cultural e econômica era atributo masculino. As limitações eram mais exacerbadas em relação às mulheres menos privilegiadas que se mantinham na ignorância por não poderem desfrutar dos mesmos privilégios que suas colegas da elite. As mulheres pobres, quando possível, frequentavam as escolas normais, que geralmente não possuíam boa qualidade, e cursavam ao máximo o ensino primário. O ensino era privilégio de poucos e a maioria da população brasileira era composta por analfabetos. A primeira lei referente à educação feminina, que data de 1827, menciona que as meninas podiam frequentar a escola somente até o nível elementar, sendo-lhes vedado o ingresso nas instituições de ensino superior. Dava-se destaque às prendas domésticas, como a costura, em detrimento da escrita e aritmética que, aliás, era diferente da aritmética ensinada aos meninos.

A partir da segunda metade do século XIX, a instrução tornou-se mais acessível às mulheres que tiveram a oportunidade de cursar o ensino primário e secundário. Com uma maior instrução elas podiam se dedicar ao magistério, reafirmando a ideia de que a mulher seria por natureza uma educadora. As escolas normais destinadas a formar professores primários preparavam-nas para a carreira de ensino e permitiam que elas continuassem a investir em sua educação. O magistério era visto pela sociedade como uma profissão honrada, destinado apenas às “mulheres dignas”.

À mulher associa-se também o mito da provedora da alimentação, uma vez que o mito se torna um constituinte indireto de qualquer ideia que se manifesta no sujeito em termos da vida cotidiana. Assim, conforme a conceituação clássica proposta por Lévi-Strauss (1956, p.34), há um modelo ideal de família, e esse deve possuir as seguintes características:

(1) tem sua origem no casamento; (2) é constituído pelo marido, pela esposa e pelos filhos provenientes de sua união; e (3) os membros da família estão unidos entre si por (a) laços legais, (b) direitos e obrigações econômicas e religiosas ou de outra espécie, (c) um entrelaçamento definido de direitos e proibições sexuais, e uma quantidade variada e diversificada de sentimentos psicológicos, tais como amor, afeto, respeito, medo, e outros.

Realmente, nem só de “cor de rosa”, como o mundo descrito por Pollyanna, vivem as mulheres, que têm arrancado verdadeiros “espinhos” de suas vidas ao longo do caminhar na sociedade. Independentemente do lugar onde estão essas mulheres, observa-se que elas verdadeiramente possuem longos desafios a serem superados. Mesmo que a sociedade continue reproduzindo o modelo da mulher que vive no lar e para o lar; e do homem que vive para o trabalho, historicamente, houve uma mudança, pois a mulher passou a acumular atividades e responsabilidades não somente no âmbito público, mas também no privado, aonde, aliás, possui total domínio, o lar é comandado pela mulher, qualquer que seja a época. Trabalhar dentro e fora do lar tem significado ímpar nas reflexões acerca das relações de gênero na vida cotidiana. “As meninas criadas em ambiente

rigorosamente patriarcal, viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela tirania dos maridos”. (FREYRE, 1975, p. 421)

Encontram-se ainda opiniões diversificadas sobre as formas de organização familiar. Mesmo no século XXI, com toda a sua modernidade, avanços políticos, sociais, econômicos, culturais, filosóficos, entre outros, ainda é possível encontrar opressão feminina de maneiras diversificadas, ocultadas, especialmente dentro da instituição que busca a sua modernização preservando o seu conservadorismo – a família. Preservar relações de classe dentro do próprio lar significa também preservar a ordem e a relação de poder. Dessa forma, a mulher que transita entre o público e o privado pode estar conquistando, cada vez mais, o seu espaço em âmbito público, mas mesmo com todo preconceito e distorção de seu papel em sociedade, no lar é ela quem domina, comanda, desde os laços de afetividade até a organização física à distribuição das finanças, etc.

Pesquisar os manuscritos culinários das mulheres de João Pessoa é observar que estes tornam-se a grande metáfora do espaço feminino. Todas essas transformações citadas nas discussões acima refletem-se nos manuscritos culinários das mulheres e em seus álbuns de *economia doméstica*. O mundo da casa grande e senzala - que ressurgiu através das memórias das receitas das antigas gerações dos cadernos pesquisados, é redesenhado nos cadernos, pois, em sua grande maioria, as autoras destes não são as cozinheiras, as mulheres autoras pertencem a uma hierarquia diferente, por terem acesso às letras elas não fazem parte das cozinhas. O mundo das cozinhas é afastado do mundo do letramento. O acesso a esse mundo das letras é o das autoras. Por ser um acesso de ordem econômica, vai à escola quem “pode”, quem não necessita de trabalho. As tradicionais cozinheiras possuem a memória das receitas orais e não escritas, justamente por não pertencerem ao mundo da escrita.

Por isso, entendem-se os preconceitos consolidados nos olhares sociais também marcados pela bipolaridade: coisas de mulher x coisas de homem, e desavisadamente remetem ao mundo organizacional da cozinha como signo de menos valia. Assim, reduplica o preconceito ao exercício das práticas sociais

cotidianas, embora se saiba que os rituais da alimentação independem de sexo. O homem, na cozinha, é um hábito muito antigo, uma necessidade, uma expressão e, mais que isso, um prazer. Se o tempo pudesse voltar lá, estaria o homem, junto com a mulher, fazendo fogo, inventando recipientes, experimentando novas técnicas, para melhorar o gosto de seu alimento. E isso é algo bem lógico: a relação do homem com a cozinha sempre esteve intimamente ligada ao aprendizado do uso do fogo. Do controle das labaredas até, conseqüentemente, assumir a responsabilidade pelas refeições. Em se tratando dos manuscritos, o mundo das letras é como o mundo do artesanato o fazer com as mãos -, dos arabescos, enquanto o mundo do impresso é o mundo da industrialização. Dessa forma, a cozinha se transforma em um cenário cujos personagens, homem e mulher, fazem do ato de cozinha uma verdadeira trama repleta de sentimentos e ações, em que cada um ocupa um espaço específico. Enquanto estão cozinhando, seja a mulher ou o homem, estão anunciando o discurso da comida na encenação do lar ou do trabalho, no caso dos chefes de cozinha.

O poder dos enunciados, homem na cozinha ou mulher na cozinha, acentua uma gradação dialógica que manifesta não só o posicionamento do local de produção da comida, lar – privado – ou trabalho – público, como também uma compreensão ativa em relação ao gênero. A enunciação da cozinha instaura um modo de presença pela maneira de explicitar, discursivamente, as questões sociais, culturais e econômicas, o que é comprovado pela quase ausência de produção de manuscritos culinários de autores masculinos. Percebe-se que o *ethos*⁸ de “cozinheiro” ou “cozinheira” privado ou institucional é constituído a partir de certas noções e atitudes de quem faz parte na sociedade. É importante considerar que o

⁸ A Análise do Discurso, tendo como principal expoente nos estudos do *ethos* Maingueneau (1997, 2001, 2005, 2006), vai retomar o conceito aristotélico de *ethos* quando afirma que este é a imagem de si no discurso. No entanto, a Análise do Discurso vai além dos estudos elaborados pela Retórica, pois pretende analisar as imagens criadas pelos enunciadores no discurso baseando-se não apenas em situações de eloquência judiciária ou em enunciados orais, mas se estendendo a todo e qualquer discurso, mesmo àqueles presentes no texto escrito. Maingueneau (2005) afirma que não existe um *ethos* preestabelecido, mas sim um *ethos* construído no âmbito da atividade discursiva. Assim, a imagem de si é um fenômeno que se constrói dentro da instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra através do seu discurso.

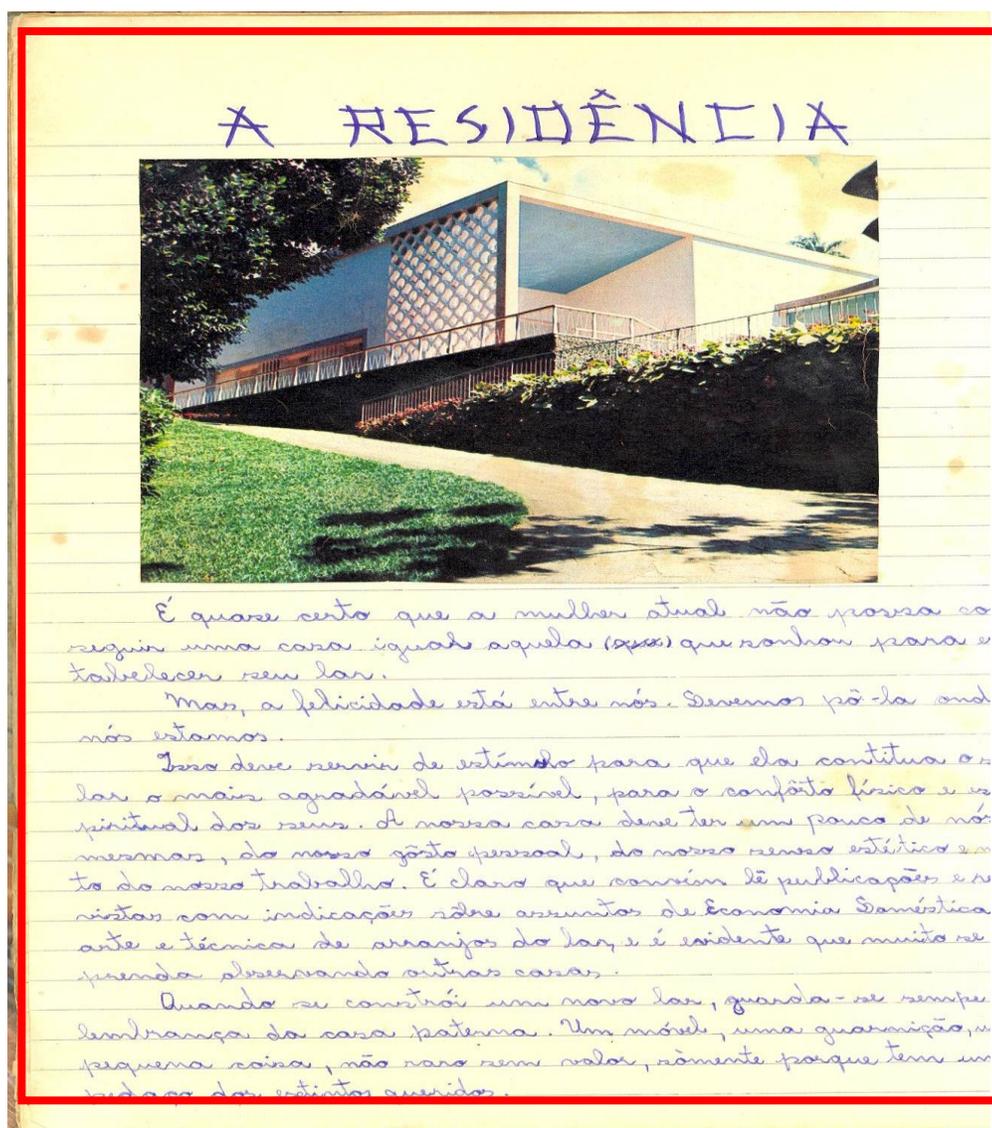
percurso discursivo é constituído a partir das posições discursivas adotadas pelo homem ou pela mulher, principalmente na sociedade contemporânea, à mulher ser uma boa cozinheira é algo muito natural, aceitável e até mesmo recomendado, mas ao homem isso só é bem visto se for como prática laboral.

Do ponto de vista pragmático, a enunciação dos manuscritos culinários remete a discursos que estão em circulação, traduzindo, por conseguinte, um quadro socioideológico de confrontação ou de aceitação das ideias e da posição social, assim como o "dizer é algo completamente diferente de uma simples transmissão de informação". (MAINGUENEAU, 1996, p. 94) Ao encenar as subjetividades, fica claro que a própria imagem de se ter um caderno de receitas é reiterada em função do que é encenado em suas páginas. O discurso veiculado no manuscrito, através das receitas e dos impressos, efetua-se como uma rede complexa de significações, na qual o efeito é expor relações de proximidades entre as autoras, circulação de receitas e de produtos, industrialização, entre outros. Portanto, o caderno comunica os fatos do cotidiano, empenhando-se "constantemente em posicionar-se através do que dizem, a afirmar-se afirmando, negociando sua própria emergência no discurso [...], antecipando as reações do outro". (MAINGUENEAU, 1996, p. 21) Na enunciação das receitas e dos impressos, o *ethos* dos sujeitos/autoras delimita a compreensão da realidade, implicando a reprodução e a reiteração do jogo de imagens entre o público e o privado, local e nacional que constroem em favor de certas convicções e crenças.

Sendo assim, os dizeres são mobilizados em um quadro enunciativo propício, pois, enquanto "reproduz" a subjetividade de sua autora, os impressos representam a circulação da modernidade. Daí, instaura-se a constituição de um *não-eu* que se torna *eu* na medida em que o caderno "acolhe" o que é dito pelo outro, por pura conveniência. Nos manuscritos, o modo de presença dos impressos instaura uma relação dialógico-interacional com a finalidade de perpetuar um modo discursivo da coletividade. Na enunciação do caderno, também estão presentes as intenções das autoras, que são visadas no percurso da encenação do diálogo entre as receitas individuais e de família e os impressos de jornais, revistas

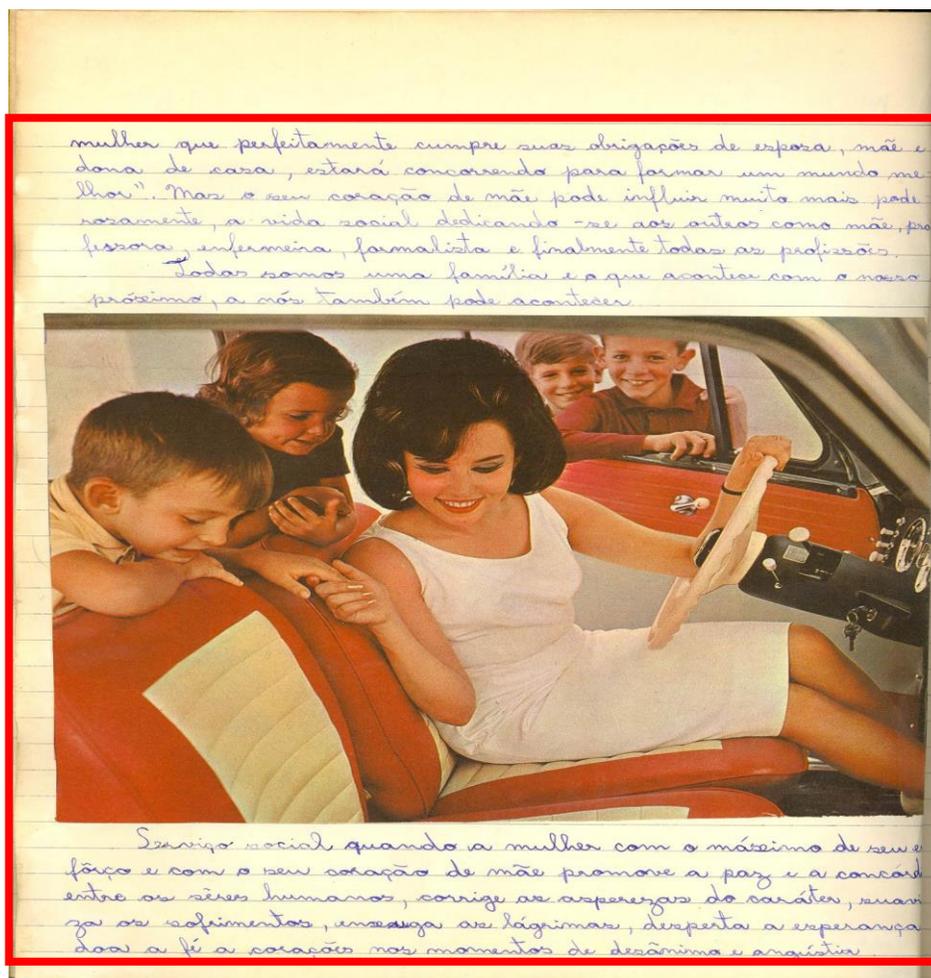
e produtos industrializados, intenções que orientam as subjetividades, regulamentando as práticas discursivas, dadas as posições ideológicas dos impressos de prestígio social. Assim, a enunciação se dá na seguinte vertente: voz>escritura>impresso>leitura do mundo feminino. Como demonstram as imagens a seguir:

Figura 04 – Álbum de *economia doméstica* da Autoria A



Fonte: Projeto de pesquisa: Manuscritos Culinários: Percurso da Memória Urbana através dos Cadernos de Receitas (PIBIC 2007-2009)

Figura 05 – Álbum de *economia doméstica* da Autora A



Fonte: Projeto de pesquisa: Manuscritos Culinários: Percurso da Memória Urbana através dos Cadernos de Receitas (PIBIC 2007-2009)

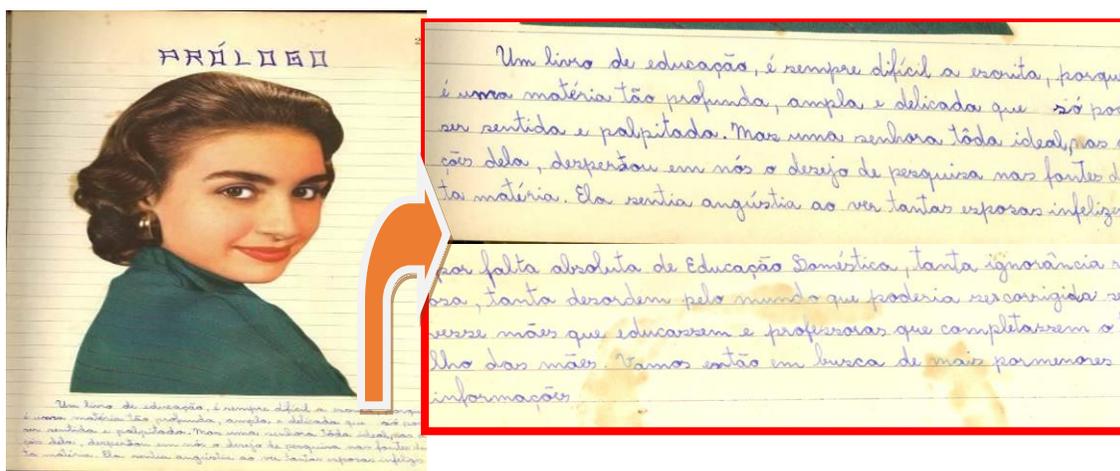
As figuras 04 e 05 demonstram a relação entre a voz, o manuscrito, o impresso e a leitura das mulheres autoras dos manuscritos. Os cadernos, como os jornais, reproduzem o percurso da educação feminina tanto que na grade curricular em meados da segunda metade do século XX constava uma disciplina intitulada "*Economia Doméstica*" nos colégios públicos mistos, disciplina do antigo ginásio, em que havia uma separação de turmas e turnos, meninas e meninos: as meninas cursavam a disciplina *Economia Doméstica* e os meninos se voltavam para

as disciplinas de marcenaria ou mecânica, recuperando o processo de formação da postura de que o homem tem a força e a mulher à fragilidade.

A figura do caderno que se segue abaixo é do álbum de *Economia Doméstica* da autora A do Colégio Santa Rita do Município de Areia no Brejo Paraibano e exemplifica a preocupação com a educação. Como se observa o parágrafo primeiro do prólogo deste caderno de *Economia Doméstica*, direcionado à mesma disciplina:

Um livro de educação é sempre difícil a escrita, porque é uma matéria tão profunda, ampla e delicada que só pode ser sentida e palpitada. Mas uma senhora tôda ideal nas ações dela despertou em nós o desejo de pesquisa nas fontes desta matéria. Ela sentia angústia ao ver tantas esposas infelizes por falta absoluta de Educação Doméstica, tanta ignorância religiosa, tanta desordem pelo mundo poderia ser corrigida se tivesse mães que educassem e professoras que completassem o trabalho das mães. Vamos então em busca de mais pormenores e informações. (Mantém-se o registro ortográfico da autora) (Álbum *economia doméstica* da autora A do Colégio Santa Rita. Areia, Paraíba, 1968)

Figura 06 – Álbum de *economia doméstica* a Autora A



Fonte: Projeto de pesquisa: Manuscritos Culinários: Percurso da Memória Urbana através dos Cadernos de Receitas (PIBIC 2007-2009)

Na figura 06, é dito no prólogo qual o fundamento da educação, para o sistema educacional que a aluna/autora pertencia: Colégio Santa Rita, de freiras

franciscanas alemãs, situado na cidade de Areia, Brejo Paraibano. Destaca-se a construção estrutural do gênero caderno como livro, visto que ele inicia-se com a parte que vem antes da fala: o prólogo - (do grego - *prólogos*, pelo latim *prologos*, o que se diz antes) é um termo originalmente usado na tragédia grega para a parte anterior à entrada do coro e da orquestra, na qual se enuncia o tema da peça. Tornou-se também sinônimo de prefácio, preâmbulo, proêmio, prelúdio e promônio - significa a consolidação da primeira conversa que será desenvolvida pela disciplina, função de educar (do latim *educare*, conduzir), as propostas educacionais compatíveis com a ideologia da delicadeza. É dito "um livro de educação".

No trecho destacado na figura 06, é pontuada a dificuldade do mundo da escrita e o próprio caderno responde metalinguisticamente por ser uma "matéria tão profunda e delicada que", faz se remeter às discussões de Zumthor (1993, p. 65), quando fala que "a oralidade é uma abstração, mas a voz é concreta" e "apenas sua escuta nos faz tocar as coisas". Essa citação desconfigura toda a argumentação exposta no prólogo. O fato de a voz ser identificada nas sociedades ágrafas tradicionalmente desvaloriza a sua produção, por isso, valoriza-se o que ele chama "Oralidade Mista" aquela que possui a letra. Na proposta desta discussão, Zumthor (1993, p. 78) aponta que "com o texto escrito a escritura permanece escondida": conseqüentemente desautoriza a leitura de que o caderno de mulheres não tem valia, pois o caderno em si já impõe a valia da escrita.

Com a "modernidade", o direcionamento da educação feminina para o lar começa a perder a força e a partir da segunda metade do século XX, precisamente após o movimento cultural de maio de 1968,⁹ o movimento feminista e a bandeira de luta pelos direitos feministas ganham expressividade e dinamismo a partir da expansão do feminino para diferentes lugares e espaços sociais. Assim, as identidades femininas caracterizavam-se por uma série de transformações obtidas

⁹ O movimento cultural na França, de maio de 1968, nasceu de uma greve geral contra medidas governamentais do presidente Charles De Gaulle, principalmente em função das reivindicações estudantis e das minorias sociais, como negros, estrangeiros e mulheres à época, conforme sugere VALLADARES e BARBEL (1994).

através de suas conquistas no espaço público. A partir de então, as identidades femininas eram compreendidas como território do espaço privado.

Com efeito, a mulher assumiu um novo papel social na família e no mercado de trabalho, ou seja, as chefes de família e empregadas multifuncionais no âmbito público (diferentes setores laborais), passaram a redefinir sua identidade, mesmo não mudando completamente sua condição no espaço social, mas ampliando-se a condição de “rainha do lar”, pois a mulher continuava sendo dona-de-casa, mãe, esposa e agora com alguns espaços profissionais a sua dupla-jornada de trabalho, o que levou-a a assumir maior responsabilidade, em que resultou em mulheres estereotipadas de “supermulheres”, pelo senso comum da mentalidade paternalista à época.

Nesse sentido, a mulher tem um espaço privado de caráter matriarcal e em tempo integral, em que essas atividades eram apenas ligadas aos trabalhos do lar, à criação de seus filhos e à vida conjugal. Nesse período, o contato da mulher era totalmente distante do espaço público, e pela esfera de sua ocupação doméstica, o título de “rainha do lar” era encarado de forma natural e desempenhado de maneira amorosa. Nesse contexto, o gênero feminino enquanto “rainha do lar” tornou-se uma característica estereotipada da mulher, em que o seu papel de dona de casa não era visto como um trabalho, mas como uma obrigação feminina, advinda da natureza feminina, não gozando dos direitos civis que a sociedade industrial em crescimento passa a elaborar para seus trabalhadores. Não há como negar a importância e a participação efetiva das mulheres na construção das múltiplas identidades do gênero humano ao longo da História.

É imprescindível o reconhecimento dessas múltiplas visões étnicas e históricas que revestem a condição feminina em diferentes momentos da História, mas é preciso reconhecer que esta construção de múltiplos espaços representa, também, o reconhecimento de mudanças sensíveis da formação da historicidade das mulheres, como sua forma de pensar, agir e transformar sua identidade histórica, mudanças estas que são perceptíveis nos manuscritos culinários, como

por exemplo a inserção da industrialização, através das mudanças e substituições de ingredientes, utensílios, entre outros.

Michelle Perrot sugere, no tocante à luta por espaços nas histórias das mulheres:

Os homens e mulheres vivem juntos os grandes acontecimentos, as rupturas do tempo. Juntos, e diferentemente, em razão de sua situação na sociedade do momento. Assim, perguntou-se se efetivamente teria havido um Renascimento para as mulheres. Sim, mas não idêntico ao dos homens, e contraditório. Esse movimento reforça seus deveres de beleza, a exigência física da feminilidade. Abre-se para as mulheres o acesso ao saber. (2007, p. 141)

O acesso aos saberes femininos se fazem na proporção de suas lutas territoriais no âmbito do espaço público-privado, não há uma desconsideração destas mudanças, pois já se vislumbra o surgimento destas formadoras na própria condição de gerenciamento da sociedade, seja em cargos profissionais, ou da administração pública até inseridas na vida acadêmica.

Perrot acrescenta ainda que:

Os trabalhos domésticos propriamente ditos se amenizaram. Mas os filhos – sua saúde, seus estudos, suas distrações – os substituíram. De tal forma que o doméstico continua a pesar na agenda das mulheres. Sem que os homens colaborem muito mais. Em vinte anos, as mudanças são ínfimas, da ordem de alguns pontos percentuais. (2007, p.119)

Esse contraponto serve para análise da identidade feminina que a partir da sua posição social do privado ao público, de “rainha do lar” à profissional, insere-se a partir dos estudos da Nova História¹⁰ Essa corrente oferece parâmetros a serem

¹⁰ A *Nova história* é uma corrente historiográfica surgida nos anos 1970 e correspondente à terceira geração da chamada Escola dos *Annales*. Seu nome derivou da publicação da obra "*Fazer a História*", em três volumes organizados pelos historiógrafos Jacques Le Goff e Pierre Nora, seus principais expoentes na França. A Nova História é a história das soberanias: trata-se de estabelecer uma história das formas de representação coletivas e das estruturas mentais das sociedades, cabendo ao historiador a análise e interpretação racional dos dados. São analisados globalmente os fenômenos de longa duração, os grandes conjuntos coerentes na sua organização social e econômica e articulados por um sistema de representações homogêneo. A nova história também recorre à antropologia histórica.

analisados ao incorporar novos objetos e abordagens, os campos de investigação, ampliando o elenco de suportes de pesquisa como: diários íntimos, livros e assentos, manuscritos, obras literárias e artísticas, peças de teatro, festividades populares, monumentos arquitetônicos, como também, artefatos da cultura material que possam servir de fontes para a reconstrução da história. Os manuscritos culinários das mulheres da cidade de João Pessoa inserem-se nessa nova perspectiva de apreender a história a partir do que se escreviam na vida privada. Eles são verdadeiras fontes documentais para compreender a história das “donas de casa” paraibanas.

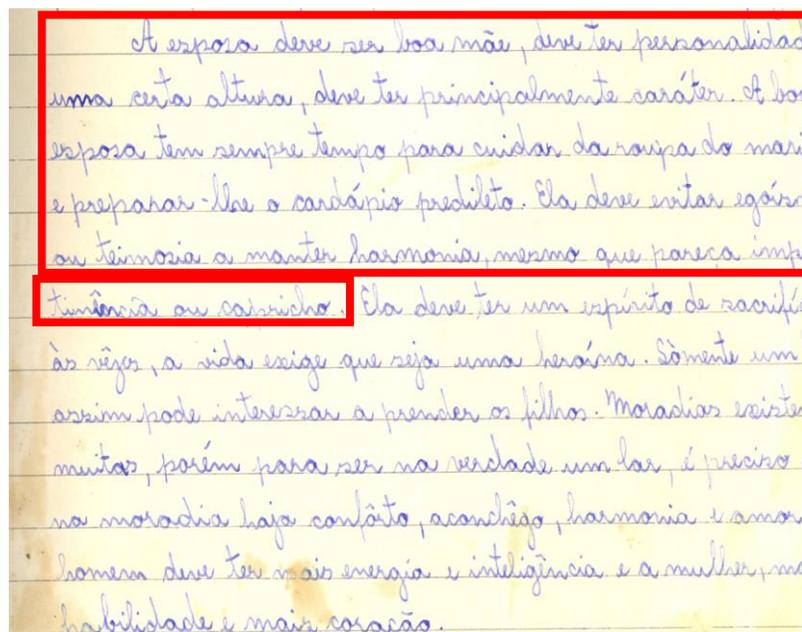
Michelle Perrot, em seu livro *Minha História das Mulheres* (2007), ressalta a importância de investigar fontes primárias encontradas no cotidiano as quais permitam a descoberta das mulheres silenciadas, sem o direito à voz. Esse estudo fornece parâmetros para refletir sobre a escritura doméstica, através dos manuscritos, pois a fixação das receitas culinárias mostra o que permeava os pensamentos, leituras, seus gostos, suas preocupações, suas dúvidas e seus temores, presença da industrialização observada pela grande recorrência de receitas impressas oriundas de jornais, revistas e produtos alimentícios.

As mulheres estão, na maior parte de seu tempo, em casa, vivendo em família. Elas possuem um papel fundamental para a organização da casa, são as verdadeiras “comandantes do lar”. As mulheres são, desde a infância, educadas e direcionadas aos cuidados do lar, da casa, filhos e maridos e mesmo às “modernas” é atribuído o comando do lar, em que não substitui o trabalho de dona de casa pelo trabalho fora do lar, mas agrega este àquele. Como se pode constatar na escritura do Álbum de *Economia Doméstica* da Autora A, em que discute os deveres de boa mãe, esposa e dona de casa:

A esposa deve ser boa mãe, ... deve ter principalmente caráter. A boa esposa tem sempre tempo para cuidar da roupa do marido e preparar-lhe o cardápio predileto...) Ela deve ter um espírito de sacrifício, às vezes a vida exige que seja uma heroína... Moradias existem muitas, porém para ser na verdade um lar, é preciso que na moradia haja conforto, aconchego, harmonia e amor. O homem

deve ter mais energia e inteligência e a mulher mais habilidade e mais coração.

Figura 07 – Álbum de economia doméstica da Autora A



Fonte: Projeto de pesquisa: Manuscritos Culinários: Percurso da Memória Urbana através dos Cadernos de Receitas (PIBIC 2007-2009)

Os trechos destacados da figura 07, do Álbum de *Economia Doméstica* da autora A, reafirmam que o papel de esposa e da maternidade sempre foi construído como o ideal máximo da mulher, combinando conjugalidade heteronormativa e a maternidade. “A esposa deve ser boa mãe”, e caminho da plenitude e realização da feminilidade, associado a um sentido de renúncia e sacrifícios prazerosos. No final do século XVIII, e principalmente no século XIX, como já mencionado, as mulheres aceitaram o papel da boa mãe, dedicada em tempo integral: “A boa esposa tem sempre tempo para cuidar da roupa do marido e preparar-lhe o cardápio predileto”, responsável pelo espaço privado, privilegiadamente representado pela família.

A maternidade se configurou, ao longo da história, como a única função valorizada socialmente desde os tempos remotos da humanidade e que se estendeu até meados do século XX, função esta que permitia à mulher ser reconhecida e valorizada. Assim, ser mãe seria pertencer a uma classe especial, ter uma posição de aparente prestígio dentro da sociedade. Dessa forma, poderíamos afirmar que o mecanismo de criação do mito do amor materno natural e instintivo poderia ser classificado como mais uma forma de relacioná-lo ao gênero de gênero. "O homem deve ter mais energia e inteligência e a mulher mais habilidade e mais coração", diz o caderno citado acima. A reprodução da maternidade no mundo contemporâneo, questão central para a divisão sexual do trabalho e consequente dominação masculina, dá-se através de processos sociais induzidos e estruturalmente que se reproduzem de forma cíclica. A maternidade e os fundamentos sócio-antropológicos que justificam a questão de "maternal" estabelecem uma estrutura assimétrica de papéis de homens e mulheres na família.

O "silêncio" imposto às mulheres ao longo dos tempos como na proibição da publicação e autoria de livros teóricos, históricos e científicos, as privavam ainda mais ao mundo do lar. Os manuscritos culinários representavam um poder de "alforria" de liberdade de expressão, uma vez que só as mulheres tinham acesso a estes cadernos. Em sua análise, Michelle Perrot (2007) discute sobre a ausência de notícias das mulheres comuns, relacionando este silenciamento a algumas razões. Uma dessas razões de ausência é o silêncio das fontes:

[...] as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que apagam, destroem esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres cuja vida não conta muito. (PERROT, 2007, p. 17)

Esse silenciamento das fontes aguça a curiosidade e importância em investigar o *corpus* das receitas como fragmentos da subjetividade, como as mulheres interpelam o indivíduo e este indivíduo submete-se a uma escritura, significando-a pelo simbólico, pois não há como compreender o sentido das

receitas sem compreender o sujeito. Michel Pêcheux (1983) afirma que a língua e o discurso são sociais. Esse discurso é social porque é histórico, isto é, só se estabelece na sociedade e só tem sentido se for analisado dentro da “História” - ideologia, tempo e espaço - que o constrói. O sujeito, que para Michel Foucault (1999) é algo decorrente do processo histórico, passa a ser abordado sob o prisma de algo que está sendo feito em determinada época e com alguns objetivos, então, temos um tipo específico de sujeito, daí esse sujeito ser visto a partir do lugar em que ele ocupa; fala-se a partir de lugares sociais (família, escola, privado, público, entre outros). Podem-se ocupar várias posições e o sentido estará nelas.

O sentido das palavras não está ligado intrinsecamente a ela e sim no lugar onde são pronunciadas. Apresentam a espontaneidade das receitas culinárias, filtros e circulação das vozes dos sujeitos sociais, pois os manuscritos culinários demonstram que a sociedade pode ser constituída a partir de relações de lugares assimétricos – um caderno que é passado de mãe para filha; a relação das receitas manuscritas e os impressos presentes nos cadernos, da mesma forma em que o sujeito é constituído por diferentes vozes sociais e marcado por intensa heterogeneidade e conflitos, espaços em que o desejo se inter-relaciona constitutivamente com o social – coletivo – e manifesta-se por meio da linguagem.

Michelle Perrot (2007) destaca ainda que outra razão para ausência de notícias das mulheres seria o profundo silêncio do relato. Não há relatos, porque “imagina-se” que as histórias vividas não despertam interesses. Disso decorre a importância em analisar os manuscritos culinários, pois as marcas do sujeito feminino estão presentes nesses escritos. O fato é que esses cadernos são privados, não há publicação da forma como são concebidos. As receitas possuem a função de atualizar o campo semântico destes relatos femininos. Os manuscritos das mulheres da Paraíba podem ser compreendidos a partir das razões descritas acima por Michelle Perrot (2007), mas a segunda razão que referenda o “silêncio das fontes” ressalta e justifica a busca dessas escrituras do cotidiano feminino. As receitas passam por uma circularidade de vozes, mas, de forma bastante velada, não há uma circularidade coletiva, mesmo as receitas que são publicadas em livros,

revistas, jornais ou anexas a produtos industrializados, esse receptor é restrito: o que pode comprar. A circulação entre um caderno e outro se dá pelo grau de amizade e/ou parentesco.

Dessa forma, os manuscritos culinários, os recortes impressos de jornais, revistas e produtos industrializados, surgem como “veículo” da memória das mulheres, por serem portadores de uma escritura feminina da Paraíba durante o século XX. É importante pensar a relação da alfabetização feminina em conformidade com a produção de cadernos de receita. O que antes era realizado por meio da oralidade, reconfigura-se a partir do acesso ao letramento. Todavia, a questão da utilização da escrita feminina, tomando como base a criação de cadernos de receitas, só vem a reforçar os limites impostos à mulher e a distinção acerca da leitura e escrita que lhe era destinada.

Considerações finais

Como foi visto no decorrer deste artigo o que prevalece são as diferenças ideológicas das estruturas dos colégios públicos e particulares. Os colégios públicos priorizando a educação comum em torno da laicidade do ensino e os colégios particulares/religiosos atrelados a ingerência da Igreja na formação dos conteúdos disciplinares com intuito de neutralizar a laicidade das escolas públicas. A disciplina *Economia Doméstica* revela-se como um canal de persuasão de um programa ideológico diferenciado a partir do colégio em que é ministrada.

Enquanto nos anos 50, em uma escola pública de Campina Grande observa-se um avanço no conteúdo da disciplina pelo ensino laico, tem-se nos anos 60 na cidade de Areia, interior da Paraíba um retrocesso, pois se tinha um país em expansão, a campanha política da burguesia e paralela a esta situação político-social esta disciplina estimulando percepções católicas através da manipulação do receptor contra ideologias de esquerda, o comunismo por exemplo. Tem-se a religião a serviço de uma doutrina católica. E ao ensino desta disciplina cabia o discernimento mediante juízos normativos para a consciência das alunas, conforme

as exigências da fé, isto é, o que deve ser preservado como verdadeiramente doutrinário.

Doutrina esta fundamentada na preparação da mulher como uma eximia dona de casa: o modelo sonhado de uma boa educação fundamentada na fé, no direcionamento moral e no senso de responsabilidade. E é diante do modo de viver religioso da família que está depositado o início da fé cristã, das orações e das boas ações.

Os Manuscritos Culinários do século XX (1900-2000) de donas de casa da cidade de João Pessoa apontam que as Tradições Discursivas são reveladas ou reproduzidas em uma perspectiva histórico-diacrônica através de receitas manuscritas e impressas publicadas em colunas de jornais, revistas femininas, propagandas, em embalagens de comestíveis, apostilas de cursos culinários, evidenciando as mudanças, os mecanismos inconscientes da manifestação identitária e social das autoras dos cadernos, através de práticas culturais que se repetem dos impressos para os manuscritos e dos manuscritos para os impressos.

As receitas também “narram” relatos da memória que vão cruzando os fios do passado com o presente, articulam a intimidade do cotidiano repleto de estratégias com a memória coletiva, os costumes urbanos. Paul Zumthor (1993) explica que a presença da voz junto com o desempenho funda um tempo único, e jamais exatamente reproduzido, realçando o estilo pessoal de quem registrou as receitas culinárias. O modo como são narradas pelas mulheres jamais conseguirá ser representada por ninguém, essa *performance* é mostrada através da narrativa das receitas e do valor e vontade dada a ela, o corpo é a representação da *performance* da receita.

Os sabores, desejos, prazeres, buscam por uma identidade pessoal descritos nos manuscritos culinários, possuem uma estrutura mágica, o passeio através das páginas de um manuscrito denota outras páginas e cruzamentos com outros manuscritos do mesmo período histórico, com revistas e jornais publicados na época. E esta transitoriedade da voz e da memória é o que marca a circulação desses cadernos e dessas mulheres pela cidade de João Pessoa no século XX.

Os manuscritos culinários revelam muito além dos sabores gastronômicos de um cotidiano. Revelam uma prática vocal, demonstram que uma voz e uma escritura são homólogas há um tempo social e ideológico. Sinalizam uma subordinação do oral ao escrito, sinaliza ainda o tempo segundo uma circularidade. Mostram como o uso da escrita implica um paralelismo entre o pensamento e a ação; o individualismo e uma escrita marcados pelo gênero, acentuam uma verossimilhança entre a escrita e a história e memória de uma cidade, contada por fragmentos de vozes femininas, registradas em caligrafias, ortografias e escrituras diversas. O tempo do manuscrito é mutável, passageiro, mas é também um tempo inesquecível.

A preservação dessas receitas traz para si valores essenciais: testemunhas do passado das memórias femininas urbanas, a busca destes valores define a importância das receitas culinárias: vozes femininas silenciadas: estas receitas não estão mortas, nos manuscritos elas têm vozes, falam de um tempo que passou e que está articulado a um presente eterno que é a escritura, que é a marca maior do não esquecimento. Seu significado mágico evidencia-se com o passar do tempo, pois são vozes que ultrapassam a palavra, vozes plenas de histórias, memórias, fases, períodos, épocas.

O século XX trouxe mudanças, que foram verificadas no que se refere a uma maior liberdade para frequentar locais públicos e em um maior acesso à educação, uma vez que, agora lhes era permitido e esperado que soubessem ler e escrever. As receitas manuscritas e impressas, que adentram o caderno de receitas, são permeadas pelos fatos que acontecem cotidianamente e que são produzidos também sob a forma de visualidades. Neste processo, dialogam receitas que contam experiências, tempos distintos, aspectos das ordens mais variadas que determinam tanto a realização de um prato, como a urgência de um encontro de “produção intelectual não formal”.

O manuscrito culinário é o arquivo da voz, aquele que a fixa, dessa forma, conserva a memória urbana. O que foi transmitido através da movência da voz permanece fixado na escrita. Da análise do gênero textual receita culinária, pode-se

concluir que há uma marca de identidade individual e social da região nos cadernos. Mas há também referências a novas mídias, a identidades globais, influências de novas vozes e discursos da modernidade através dos impressos e colagens.

Assim, comportamentos alimentares são fruto, não apenas de valores econômicos, nutricionais, medicinais, racionalmente perseguidos, mas também de escolhas ligadas ao imaginário e aos símbolos. E que essas novas vozes que influenciam nos saberes e sabores paraibano se devem, como aponta Homi K.Bhabha (1998), a globalização e aos meios de comunicação e que a partir da internet, dos meios eletrônicos, da televisão e do cinema as culturas se expandem e se aproximam criando, dessa forma, a miscigenação. O que justifica o uso de ingredientes que não são típicos do paladar paraibano como "cereja", "nozes", "pêssego", "baunilha", "chantily", "Champion" "cock-tail". Bhabha (1998) aponta que as diferenças culturais criam signos de identidades por meio das vontades da comunidade, podendo tornar-se profundamente antagônico, conflituoso e incomensurável. Em relação às culturas, não existe polaridades: abre-se espaço para o hibridismo cultural.

Os manuscritos guardam não apenas a memória da mulher, sua identidade, mas também reflete a influência das identidades sociais, culturais. Através do manuscrito percebe-se a movência das vozes e a permanência na qual a voz fixasse em letra. Assim, as questões simbólicas têm também um objetivo secundário que é o de apontar na análise essa movência das receitas em territórios diferentes. Simbolicamente, sinaliza o local da cultura culinária consolidando vários saberes e sabores de etnias diferentes, porém apontando para uma criação de uma nova identidade. Revelando a dinamicidade da mudança linguística por um padrão de gradação de sexo, etário que se mantém em cada geração e flutuações de comportamento determinado pelo período histórico.

Os sabores, gostos e cheiros, presentes no manuscrito, testemunham e dão suporte à lembrança: "uma imagem é signo de um objeto porque o figura, mas é imagem porque dá testemunho de sua presença, e na condição de testemunho de

existência, serve de suporte para a lembrança” (COLOMBO, 1991, p. 47), e a força do poder evocativo das receitas aumenta à medida que o objeto se torna efêmero porque são lembranças materializadas cuja função mágica é a conservação contra o esquecimento social.

Pode-se afirmar que o tempo do manuscrito é móvel, passageiro, mas é também um tempo inesquecível. São receitas que descrevem um tempo que passou, mas não morreu, pois está articulado a um presente eterno: a escritura e a memória. A compreensão de que o material preservado pela memória consiste naquilo que não pode e nem deve ser esquecido são reveladores de ensinamentos e tradições. O grande arquivo gastronômico –, a coletânea de manuscritos culinários - das famílias residentes em João Pessoa, é uma forma de se ter a memória das tradições familiares contra a não-memorização, o esquecimento.

A memória arquivada refere-se à comida desconhecida, não a comida paraibana, já conhecida pela autora, o que se demonstra através da apreensão das mídias da TV e da internet. A tradição é confrontada com a modernidade: as receitas antigas são retrógradas, o que revela o afastamento das tradições. O sujeito social passa a envergonhar-se de suas tradições e a encarar a cultura alheia como melhor. Esse movimento evidencia a fragmentação e liquidez das identidades do mundo que refletem a história da vida humana. A memória é movimentada pela cultura, escolaridade, escolha das receitas, o que demonstra uma identidade da mulher.

Referências

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

BÍBLIA SAGRADA. Ed. Ave Maria Ltda. 93ª edição. São Paulo: Ed. Claretiana, 1994.

BOURDIEU, P. **Gostos de classe e estilos de vida**. In: ORTIZ, Renato (org). *SOCIOLOGIA* coletânea. São Paulo: Ática, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade, lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar** / Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ; Vozes, 1996.

_____. **A invenção do cotidiano**, 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

ELIADE, Mircea. **Mito do eterno retorno**. Trad. José A. Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1992.

_____. **O sagrado e o profano**. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FALCI, Miridan Konx. *Mulheres do sertão nordestino*. In: PRIORE, Mary del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. **A cultura do plural**. Campinas: Papyrus. (Coleção Travessia do Século), 1995.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1991.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor: Inglaterra 1300-1840**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MOSER, Frei Antônio. **O pecado: do descrédito ao aprofundamento**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. M. S. Côrrea. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. Trad. Amalio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **Introdução à poesia oral**. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat, Maria Inês de Almeida. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. **Performance, recepção, leitura**. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

_____. **Escritura e nomadismo: entrevistas e ensaios**. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Sonia Queiroz Cotia. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

Recebido em: 14.07.2019
Aprovado em: 11.08.2019